



Simulado

TSE Unificado

Serviço Social
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TSE (AJ - Apoio Especializado - Serviço Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Serviço Social do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/BvcgxzTi6cFN9a2s5>

01 - ☐ C ☐ E	16 - ☐ C ☐ E	31 - ☐ C ☐ E	46 - ☐ C ☐ E	61 - ☐ C ☐ E	76 - ☐ C ☐ E	91 - ☐ C ☐ E	106 - ☐ C ☐ E
02 - ☐ C ☐ E	17 - ☐ C ☐ E	32 - ☐ C ☐ E	47 - ☐ C ☐ E	62 - ☐ C ☐ E	77 - ☐ C ☐ E	92 - ☐ C ☐ E	107 - ☐ C ☐ E
03 - ☐ C ☐ E	18 - ☐ C ☐ E	33 - ☐ C ☐ E	48 - ☐ C ☐ E	63 - ☐ C ☐ E	78 - ☐ C ☐ E	93 - ☐ C ☐ E	108 - ☐ C ☐ E
04 - ☐ C ☐ E	19 - ☐ C ☐ E	34 - ☐ C ☐ E	49 - ☐ C ☐ E	64 - ☐ C ☐ E	79 - ☐ C ☐ E	94 - ☐ C ☐ E	109 - ☐ C ☐ E
05 - ☐ C ☐ E	20 - ☐ C ☐ E	35 - ☐ C ☐ E	50 - ☐ C ☐ E	65 - ☐ C ☐ E	80 - ☐ C ☐ E	95 - ☐ C ☐ E	110 - ☐ C ☐ E
06 - ☐ C ☐ E	21 - ☐ C ☐ E	36 - ☐ C ☐ E	51 - ☐ C ☐ E	66 - ☐ C ☐ E	81 - ☐ C ☐ E	96 - ☐ C ☐ E	111 - ☐ C ☐ E
07 - ☐ C ☐ E	22 - ☐ C ☐ E	37 - ☐ C ☐ E	52 - ☐ C ☐ E	67 - ☐ C ☐ E	82 - ☐ C ☐ E	97 - ☐ C ☐ E	112 - ☐ C ☐ E
08 - ☐ C ☐ E	23 - ☐ C ☐ E	38 - ☐ C ☐ E	53 - ☐ C ☐ E	68 - ☐ C ☐ E	83 - ☐ C ☐ E	98 - ☐ C ☐ E	113 - ☐ C ☐ E
09 - ☐ C ☐ E	24 - ☐ C ☐ E	39 - ☐ C ☐ E	54 - ☐ C ☐ E	69 - ☐ C ☐ E	84 - ☐ C ☐ E	99 - ☐ C ☐ E	114 - ☐ C ☐ E
10 - ☐ C ☐ E	25 - ☐ C ☐ E	40 - ☐ C ☐ E	55 - ☐ C ☐ E	70 - ☐ C ☐ E	85 - ☐ C ☐ E	100 - ☐ C ☐ E	115 - ☐ C ☐ E
11 - ☐ C ☐ E	26 - ☐ C ☐ E	41 - ☐ C ☐ E	56 - ☐ C ☐ E	71 - ☐ C ☐ E	86 - ☐ C ☐ E	101 - ☐ C ☐ E	116 - ☐ C ☐ E
12 - ☐ C ☐ E	27 - ☐ C ☐ E	42 - ☐ C ☐ E	57 - ☐ C ☐ E	72 - ☐ C ☐ E	87 - ☐ C ☐ E	102 - ☐ C ☐ E	117 - ☐ C ☐ E
13 - ☐ C ☐ E	28 - ☐ C ☐ E	43 - ☐ C ☐ E	58 - ☐ C ☐ E	73 - ☐ C ☐ E	88 - ☐ C ☐ E	103 - ☐ C ☐ E	118 - ☐ C ☐ E
14 - ☐ C ☐ E	29 - ☐ C ☐ E	44 - ☐ C ☐ E	59 - ☐ C ☐ E	74 - ☐ C ☐ E	89 - ☐ C ☐ E	104 - ☐ C ☐ E	119 - ☐ C ☐ E
15 - ☐ C ☐ E	30 - ☐ C ☐ E	45 - ☐ C ☐ E	60 - ☐ C ☐ E	75 - ☐ C ☐ E	90 - ☐ C ☐ E	105 - ☐ C ☐ E	120 - ☐ C ☐ E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/snnT>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Uma agenda prioritária**

“Calamitosus est animus futuri anxius” – traduzindo, “Infeliz é o espírito ansioso pelo futuro”. A máxima é de Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.), monumento da filosofia latina. Seu foco era a importância de saber viver o presente; no entanto, é inegável que a ansiedade se vincula ao futuro, ao porvir. No Brasil, como se sabe, o futuro costuma durar muito tempo – daí o estado de ansiosa infelicidade diante das urgências que assolam o país em tantos e diversos aspectos da vida social.

Embora seja uma das nações mais urbanizadas do mundo, o Brasil maltrata a parcela maior dos habitantes das urbes, formada exatamente pelos menos favorecidos. Assim, nem é preciso sublinhar o quanto de ansiedade existe em relação ao futuro a ser moldado pelos prefeitos e vereadores que se elegeram ou foram reconduzidos aos respectivos postos nas eleições. [...] Esses gestores locais se encontram diante de uma agenda emergencial: a viabilização de cidades de fato inclusivas social e ambientalmente, atentas aos territórios de maior vulnerabilidade, onde se aglomeram milhões de pessoas sem moradia digna, saneamento básico, equipamentos de lazer ou áreas verdes, para ficar em uma lista mínima de carências.

Muitos problemas das cidades exigem soluções em escala mais ampla que o território do município. As regiões metropolitanas, onde se encontra a maior parte da população brasileira, apresentam um tecido urbano conturbado, podendo ser caracterizadas como uma única cidade que se estende por vários municípios. A Constituição do país permite nesses casos que as funções públicas de interesse comum, como saneamento básico, mobilidade e controle da expansão urbana, sejam integradas por uma estrutura de governança interfederativa, da qual participem o estado e os municípios. Tal estrutura já existe, todavia é preciso que seja valorizada – com a devida cobrança nessa direção. [...]

Desde o deslocamento dos indivíduos e de cargas até o fornecimento de água, energia e telecomunicações, quanto maior a densidade de ocupação do espaço, menor o custo de provisão dos serviços e de manutenção da infraestrutura. Entretanto, na maior parte das cidades brasileiras está em curso um processo de crescimento horizontal excessivo, que produz bairros de baixíssima densidade, ao mesmo tempo em que as áreas centrais e históricas se degradam e são abandonadas. A reversão desse processo é imperativa, se não quisermos viver apenas entre condomínios fechados e shopping centers, conectados por avenidas muradas, deixando a maior parte da população vulnerável socialmente condenada a morar nas periferias distantes, sem infraestrutura urbana adequada. [...]

[ADAPTADO] Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/uma-agenda-prioritaria/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

A respeito das ideias e da tipologia do texto 1, julgue os itens subsequentes.

- 01.** O texto 1 é predominantemente dissertativo expositivo.
- 02.** De acordo com o texto, a maior parte dos habitantes das cidades brasileiras são pessoas desfavorecidas economicamente.
- 03.** Infere-se que a ansiedade dos brasileiros é consequência das urgências que assolam o país.
- 04.** Depreende-se da leitura do texto que a revitalização das áreas centrais e históricas das grandes metrópoles é necessária para garantir uma infraestrutura urbana adequada.
- 05.** Segundo o texto, as regiões metropolitanas são caracterizadas por funcionarem como uma única cidade que abrange vários municípios, por isso são ambientes costumeiramente ordeiros.

06. De acordo com as informações do texto, é necessário que os governos estaduais e municipais criem leis para incentivar uma estrutura de governança interfederativa que integre funções públicas de interesse comum.

07. Na construção argumentativa do texto, o autor cita Sêneca para concluir que, no Brasil, o estado de ansiedade tem relação com o modo com que o brasileiro vive o presente, desvinculado com o futuro quanto a questões relativas à vida social.

Julgue os itens subsequentes, em relação aos aspectos gramaticais do texto 1.

08. No trecho do segundo parágrafo “o quanto de ansiedade existe em relação ao futuro”, a substituição da forma verbal “existe” por “há” não prejudicaria a correção gramatical nem os sentidos do texto.

09. No segundo parágrafo, o sinal de dois-pontos em “agenda emergencial:” introduz um esclarecimento.

10. No trecho do segundo parágrafo “milhões de pessoas sem moradia digna, saneamento básico, equipamentos de lazer ou áreas verdes” as vírgulas são usadas para separar uma enumeração.

11. No trecho “uma única cidade que se estende por vários municípios” do 4º parágrafo, a próclise do pronome “se” é facultativa.

12. No primeiro parágrafo, o ponto e vírgula após “viver o presente” poderia ser substituído por ponto final, com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, sem prejuízo da correção gramatical.

13. No último parágrafo do texto, em “conectados por avenidas muradas”, a preposição “por” denota causa.

14. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o vocábulo “Entretanto” em “Entretanto, na maior parte das cidades brasileiras”, no último parágrafo, fosse substituído por “Porquanto”.

15. No último parágrafo, em “crescimento horizontal excessivo” o vocábulo “excessivo” classifica-se como advérbio de intensidade.

16. No segmento “socialmente condenada a morar nas periferias”, no último parágrafo, poderia ser corretamente inserido o acento indicativo de crase no vocábulo “a”, em razão da regência do vocábulo “condenada”.

TEXTO 2

Tudo aconteceu muito depressa. No dia em que saí do castigo, a sinhá mandou me chamar e disse que era para eu subir com a minha trouxa. A Esméria não soube explicar o motivo e fiquei com medo de ser mandada de volta a fazenda, pois a Antônia disse que tinha acabado de chegar um homem com ares de capataz ou algo assim. A sinhá Ana Felipa me esperava na sala, com o Banjokô no colo, e informou que eu tinha sido alugada, que podia me despedir do meu filho, pois ele ficaria muito bem com ela, e que estava fazendo aquilo porque não poderia se arriscar me mantendo por perto depois do que eu tinha feito. Acho que, na verdade, ela tinha um grande medo de que eu fugisse levando o menino, coisa que, confesso, tinha passado muitas vezes pelos meus pensamentos, mas que eu não tinha coragem de fazer. Não por mim, que poderia arrumar maneiras de me cuidar, mas ele ainda era muito pequeno e precisava de cuidados, não podia dormir em qualquer lugar ou ficar sem ter o que comer, pois meu leite já tinha começado a diminuir e poderia acabar de vez se eu não me alimentasse bem. Nos primeiros dias do castigo, o peito ficava tão cheio que chegava a doer, mas a Antônia tinha me instruído a tirar

um pouco todas as manhãs e antes de dormir, e a cada dia eu precisava tirar menos que no dia anterior. [...]

E foi assim que saí da casa da sinhá Ana Felipa e entrei na casa da família Clegg, agarrada pelo braço por um escravo deles e equilibrando na cabeça uma trouxa com duas mudas de roupa, depois de ter dado um único beijo no rosto do meu filho e tê-lo deixado chorando nos braços de sua protetora. A sinhá disse que eu poderia vê-lo aos domingos, com ela por perto, e que aquilo não era uma venda, ela estava apenas me alugando e, dependendo de como eu me comportasse, poderia desfazer o negócio. Não tive tempo de me despedir dos outros, apenas um rápido olhar para a Esméria e a Antônia, e o choro do Banjokô me acompanhou até o portão.

(GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. ADAPTADO. Rio de Janeiro: Record, 2006).

A respeito das ideias e da tipologia do texto 2, julgue os itens subsequentes.

- 17.** Quanto ao tipo textual, o texto 2 classifica-se como narrativo.
- 18.** Conclui-se que a personagem que narra o texto já havia estado ou vivido em uma fazenda.
- 19.** É correto inferir das ideias veiculadas no texto uma indiferença e negligência da personagem que narra o texto para com o próprio filho.
- 20.** Conforme o texto, Banjokô poderia ser visitado pela mãe semanalmente, com supervisão.
- 21.** Seriam preservadas as ideias do texto caso o vocábulo “cuidados” em “ele ainda era muito pequeno e precisava de cuidados”, no primeiro parágrafo, fosse substituída por “carinho”.

Julgue os itens subsequentes, em relação às estruturas linguísticas do texto 2.

- 22.** O emprego da vírgula em “No dia em que saí do castigo, a sinhá mandou me chamar”, no primeiro parágrafo, é obrigatório.
- 23.** A vírgula em “tinha sido alugada, que podia me despedir do meu filho”, no primeiro parágrafo, tem a finalidade de demarcar o início de uma oração explicativa.
- 24.** Os vocábulos “saí” e “sinhá” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 25.** No trecho do primeiro parágrafo “a Antônia disse que tinha acabado de chegar um homem”, a substituição da forma verbal “tinha acabado” por “acabara” alteraria o sentido do texto, porém sua correção gramatical seria preservada.
- 26.** No trecho do primeiro parágrafo “se eu não me alimentasse bem”, a forma verbal “me alimentasse” poderia ser substituída por “me alimente”, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.
- 27.** Em “ela tinha um grande medo de que eu fugisse levando o menino”, no primeiro parágrafo, a forma verbal “fugisse” indica uma hipótese.
- 28.** O vocábulo “olhar”, no trecho do segundo parágrafo “apenas um rápido olhar”, classifica-se gramaticalmente como substantivo.
- 29.** A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se inserisse a preposição “a” após “chegar” em “tinha acabado de chegar um homem”, no primeiro parágrafo.

30. Em “ficaria muito bem com ela”, no primeiro parágrafo, a forma pronominal “ela” retoma “sinhá Ana Felipa”.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca da organização administrativa e do ato administrativo, julgue os itens a seguir.

31. A descentralização administrativa ocorre quando o poder central distribui competências a outras entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, para que desempenhem atividades administrativas específicas.
32. A autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos que permite sua imediata execução pela própria administração, independentemente de ordem judicial, mas não está presente em todos os atos, diferentemente da exigibilidade, que consta em todos os atos administrativos.
33. A concentração administrativa ocorre quando uma entidade pública transfere competências de um órgão para outro, sem criação de novas entidades.
34. Se um serviço público for prestado por uma entidade administrativa que não se subdivide internamente, pode-se dizer que tal serviço será ao mesmo tempo descentralizado e concentrado.
35. A administração direta é composta pelos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.

36. A presunção de veracidade significa que os atos administrativos são considerados verdadeiros e legais, vedada a produção de prova em contrário.

Acerca das disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

37. Os agentes políticos são, entre outros, aqueles que exercem mandatos eletivos e ocupam os mais altos cargos da administração pública, atuando com plena liberdade funcional, com prerrogativas e liberdades próprias.
38. Os atos praticados pelos agentes putativos são considerados válidos, respeitando-se os efeitos externos do ato em relação aos terceiros de boa-fé.

Acerca dos poderes e dos processos administrativos, julgue os itens a seguir.

39. O poder de autotutela autoriza a administração a anular atos favoráveis aos beneficiários, quando tais atos estiverem desconformes ao ordenamento jurídico, devendo se observar o prazo decadencial de cinco anos, que não se aplica aos atos flagrantemente inconstitucionais.
40. Em razão das garantias constitucionais e do princípio da inafastabilidade da tutela de jurisdição, a autoridade administrativa investida de poder de polícia não pode agir repressivamente nas ações de fiscalização, independentemente de conceder contraditório e ampla defesa ao administrado.
41. Suponha que uma autoridade administrativa tenha aplicado sanção além da sua alçada de competência. Nessa situação, haverá desvio de finalidade, ensejando a imediata anulação do ato viciado.

O Tribunal Superior Eleitoral deseja contratar empresa para fornecer material de escritório para todos os seus setores. Considerando a obrigatoriedade de utilização da modalidade de pregão para a aquisição pretendida, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

42. A modalidade pregão não pode ser utilizada para a aquisição de bens de consumo, como material de escritório, pois se destina exclusivamente a serviços.

43. A contratação deverá ser realizada utilizando-se o critério de julgamento de menor preço, que é obrigatório no pregão.

No início de janeiro de 2024, o município Beta foi severamente atingido por uma enchente que causou grandes danos à infraestrutura local, incluindo a destruição de pontes, ruas e o comprometimento do fornecimento de água e energia elétrica. Devido à calamidade, a Prefeitura precisou agir rapidamente para restabelecer serviços essenciais e garantir a segurança da população. Diante dessa situação, a administração municipal identificou a necessidade urgente de adquirir materiais de construção e contratar serviços de engenharia para a reconstrução das pontes e das redes de água e energia. Considerando que a demora em realizar esses reparos poderia agravar ainda mais os prejuízos e comprometer a continuidade dos serviços públicos, o prefeito decidiu dispensar a licitação para essas contratações. Acerca de dispensa e inexigibilidade de licitação, julgue os itens a seguir.

44. Em caso de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que cause prejuízo ou comprometa a segurança de pessoas, adotar-se-á obrigatoriamente a contratação por dispensa de licitação.

45. Nesse caso, a adoção da contratação direta fica limitada à aquisição dos bens e à execução das obras e dos serviços necessários ao atendimento da situação emergencial e que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano, a contar da causa da contratação.

46. Na situação narrada, o contrato firmado em decorrência da contratação direta poderá ser prorrogado após o prazo de um ano, se imprescindível à conclusão do objeto.

Suponha que uma viatura da polícia militar, a caminho de atender a uma ocorrência e com as sirenes ligadas, tenha atropelado um pedestre que atravessava fora da faixa e estava distraído ouvindo música em seu fone de ouvido. Levando em consideração a responsabilidade civil estatal, julgue os itens a seguir.

47. O Estado responde objetivamente nesse caso, com base na teoria do risco integral, que independe da demonstração de culpa.

48. Para que fique demonstrada a responsabilidade civil estatal, não é necessária a demonstração de culpa do agente público, mas a responsabilidade pode ser atenuada ou excluída caso seja demonstrada a culpa concorrente ou exclusiva da vítima.

49. A configuração da responsabilidade do Estado, na situação narrada, depende da comprovação dos seguintes elementos: conduta do agente estatal, dano, nexo causal e dolo ou culpa.

50. O Estado não possui responsabilidade, podendo o agente público (motorista da viatura) responder pelos danos causados ao pedestre, desde que demonstrada sua culpa, com base na responsabilidade subjetiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SERVIÇO SOCIAL 1***Anna Valéria*

51. No que se refere à chamada questão social, de acordo com Behring e Boschetti (2008), julgue o item que se segue.

As desigualdades sociais que se intensificam nas atuais formas de acumulação do sistema capitalista, resultam de mudanças na esfera da produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e têm como consequência o agravamento de variados problemas sociais, refletindo na vida da classe trabalhadora.

52. Segundo Lamamoto e Carvalho (2008), A "questão social" não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

53. A Lei de Regulamentação da profissão trata, em seu inciso "I" do Artigo 2º afirma que poderão exercer a profissão de Assistente Social "Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País".

54. De acordo com a Lei de Regulamentação da profissão, as atribuições privativas da/o assistente social estão elencadas em seu Art. 4º, ao passo que as competências profissionais estão elencadas em seu Art. 5º.

55. Com base na Doutrina da Proteção Integral prevista no ECA, analise a seguinte assertiva. A criança e o adolescente são sujeitos de direitos e não devem ser vistos como objeto sob a ótica do olhar punitivo que caracterizou as legislações anteriores.

56. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise a seguinte assertiva. A adoção é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando os recursos da família não forem suficientes.

57. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise a seguinte assertiva. A falta ou a carência de recursos materiais pode constituir, em alguns casos, motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

58. De acordo com Fávero (2003), o instrumento utilizado pela/o assistente social que realiza esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a questões relacionadas ou decisões a serem tomadas e que possui uma finalização ou conclusão, de caráter conclusivo ou indicativo é o parecer social.

59. De acordo com Lamamoto (2017), uma mediação de grande e notória importância no exercício profissional a qual envolve relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da 'questão social' é o (a) política social.

60. Segundo as características do cenário neoliberal contemporâneo, a focalização das políticas sociais foi uma das características presentes nos programas de proteção social brasileiro.

- 61.** Conforme preconiza a Lei nº 8.662/93 “assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular” é uma das competências inerentes ao assistente social.
- 62.** Conforme preconiza a Lei nº 8.662/93 “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” é uma das competências inerentes ao assistente social.
- 63.** Segundo a Lei nº 8.662/93 “planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais” é uma das competências inerentes ao assistente social.
- 64.** Com base na lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, analise a assertiva. Internação compulsória é aquela modalidade de internação psiquiátrica que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
- 65.** Com base na lei nº 10.216/2001, a modalidade de internação psiquiátrica voluntária é aquela que se dá com o consentimento do usuário.
- 66.** Segundo a lei nº 10.216/2001, a evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de quarenta e oito horas da data da ocorrência.
- 67.** Segundo a lei nº 8.662/93, analise a seguinte assertiva. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.
- 68.** Segundo Fávero (2003), Perícia Social é o processo metodológico específico do Serviço Social que objetiva conhecer a fundo e de forma crítica, uma determinação situação ou manifestação da Questão Social, a qual é objeto de trabalho do Assistente Social, principalmente em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.
- 69.** De acordo com Fávero (2003), os Estudos Sociais são constituídos a partir de observações, entrevistas, visitas domiciliares, pesquisas documentais e/ou bibliográficas e análise do profissional acerca da situação apresentada.
- 70.** De acordo com Fávero (2003), o objetivo imediato do Estudo Social é a elaboração do Laudo Social.
- 71.** De acordo com Fávero (2003), o Relatório Social como documento elaborado pelo Assistente Social consiste em uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo.
- 72.** No âmbito do Poder Judiciário, a Perícia Social poderá ser realizada somente pelo Assistente Social do Poder Judiciário.
- 73.** Segundo a lei nº 10.216/2001, o término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do médico que acompanhou o caso.
-

- 74.** Um dos direitos da pessoa com transtornos mentais é ter a presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária.
- 75.** A Questão Social originou-se no cenário internacional por volta de 1830 (Séc. XIX), ligada ao desenvolvimento do capitalismo e à Revolução Industrial na Inglaterra.
- 76.** A Questão Social originou-se no Brasil no governo de Getúlio Vargas, com o surgimento das políticas sociais implementadas naquele período.
- 77.** Em relação ao conceito de questão social, analise a afirmativa a seguir. A questão social é o conjunto de expressões inerentes ao processo de desenvolvimento da classe operária no cenário político social, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É também uma manifestação cotidiana da vida social, dos reflexos da contradição existente entre o proletariado e a burguesia.
- 78.** De acordo com os autores Lamamoto e Carvalho, foi através das Políticas sociais que o Estado burguês procurou administrar e amenizar as expressões da Questão Social.
- 79.** A respeito da expressão questão social, é correto afirmar que ela é a manifestação da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.
- 80.** Com base na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.
- A realização de estudos socioeconômicos com os usuários, para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, é uma competência da/o assistente social.
- 81.** Com base na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.
- O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de oferecer subsídios profissionais ao exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.
- 82.** No que se refere à política social, seus fundamentos, história e políticas, analise a assertiva seguinte. As concepções da política social supõem uma perspectiva teórico-metodológica e relações com perspectivas políticas e visões sociais de mundo.
- 83.** Marta, assistente social de um município, trabalha também como assessora em serviço social em uma ONG. A partir da situação hipotética anterior, julgue o item subsequente, relativo ao trabalho de assessoria em serviço social.
- A transição de uma atuação profissional pautada na execução terminal das políticas sociais para uma atuação competente na gestão da totalidade do processo de uma política social permitiu que assistentes sociais como Marta, passassem a atuar também no assessoramento à gestão de políticas sociais.

84. No que se refere à política social e seus fundamentos, analise a seguinte assertiva. A análise de políticas sociais e relações sociais, é neutra cientificamente.

SERVIÇO SOCIAL 2

Nilza Ciciliatti

Acerca dos fundamentos éticos, da ética profissional pertinente ao assistente social, julgue os itens a seguir:

85. Toda profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal.
86. No que se refere ao projeto profissional, por mais que haja debates, discussões dentro da profissão sobre a construção de um projeto profissional hegemônico, ele nunca será exclusivo.
87. Netto (1999) aponta dois elementos que foram primordiais para o projeto ético-político conquistar hegemonia no Serviço Social, a partir da segunda metade dos anos noventa: o crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores de profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos da categoria e a disseminação das ideias neoliberais na sociedade.

À luz da legislação específica do assistente social e do Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue os itens a seguir:

88. De acordo com o estabelecido no Código de Ética do Assistente Social, a pena de multa, ainda que o/a penalizado/a compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido/a o/a denunciado/a, se não for quitada no prazo de 30 dias.
89. Compete aos Conselhos Regionais (CRESS), nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética e, ao Conselho Federal (CFESS) cabe funcionar como órgão julgador de primeira instância.
90. Entre os direitos do assistente social, elencados no art. 2º do Código de Ética, estão: a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais e, o aprimoramento profissional de forma contínua.
91. Isabela, assistente social de uma empresa, foi demitida por defender a ética profissional e não pactuar com ações que ferem com os princípios contidos no Código de Ética do Assistente Social. Desta forma, Alice, recém-formada e com registro no CRESS, foi contratada para substituir Isabela, para realizar os serviços não prestados por Isabela. Considerando a situação hipotética, não há nenhum problema em Alice assumir essa vaga, já que possui registro no CRESS, devendo prestar seus serviços, de acordo com as regras da empresa que a contratou.

92. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças é um dever do assistente social.

93. As atividades relacionadas ao planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social constituem competências do assistente social, ou seja, são atividades não exclusivas do assistente social.

Considerando a proteção social às pessoas com deficiência, às pessoas com transtornos mentais e aos usuários de álcool e outras drogas, julgue os itens a seguir.

94. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, barreiras arquitetônicas são aquelas existentes nos edifícios públicos e privados e as barreiras urbanísticas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

95. A pessoa com deficiência tem plena capacidade civil para exercer o direito à família, exercer seus direitos sexuais e conservar sua fertilidade, porém é vedada a possibilidade de ser curadora ou tutora, em qualquer condição.

96. Considerando o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei nº 11.343/2006, quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à detenção com a aplicação de prazo máximo de 10 meses.

97. De acordo com a Lei nº 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, a internação psiquiátrica involuntária só pode ser determinada pela autoridade judiciária.

À luz da Lei Orgânica de Assistência Social — Lei nº 8.742/1993 —, julgue os próximos itens.

98. Francisco completou 65 anos de idade e reside com sua irmã Joana, 70 anos, solteira e beneficiária de uma aposentadoria por idade no valor de um salário-mínimo, sendo esta a única renda familiar. Joana tem grande parte de sua renda comprometida com despesas de saúde e Francisco não tem condições de prover o próprio sustento. De acordo com o Estatuto do Idoso e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), não será assegurado à Francisco o benefício assistencial ao idoso (BPC), tendo em vista que a renda familiar per capita ultrapassa 1/4 do salário-mínimo.

99. Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada (BPC), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de médio e longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

100. A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, porém, a condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

101. A supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica é um dos princípios da política de assistência social, bem como a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis é uma de suas diretrizes.

Com relação à Política Nacional de Direitos Humanos, julgue o item seguinte.

102. O Brasil desenvolveu três programas nacionais de direitos humanos visando consolidar a Política Nacional de Direitos Humanos. A terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos trata-se de um protocolo de intenções do governo estruturado em seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes e 82 objetivos estratégicos.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito da dimensão investigativa do serviço social.

103. A atitude investigativa remete a uma postura aberta do sujeito para investigar e a expectativa para aprender e entender o inesperado, e sua ausência pode levar à cristalização das informações, à estagnação do aprendizado profissional.

104. É através da pesquisa que o profissional é capaz de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas.

105. Para Guerra (2009), a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo. A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra.

106. De acordo com Moraes (2015), refletir acerca do lugar que a dimensão investigativa tem assumido na formação profissional, tendo por base as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996), significa tentar construir enfrentamentos, calcados pelos valores edificados a partir do movimento de modernização conservadora.

107. Minayo (2016) divide o ciclo da pesquisa qualitativa em três fases: Construção do projeto de investigação; fase exploratória e tratamento do material.

108. No que se refere à atividade de planejamento, o planejador que pretende criar condições para uma intervenção que conduza a mudanças significativas não apenas na singularidade do seu objeto, mas na particularidade da situação e na universalidade das relações sociais deve necessariamente procurar superar os limites do enfoque situacional para identificar prioridades de intervenção, adotando uma visão não reducionista.

109. São vários os componentes de um plano, entre eles estão: a síntese dos fatos e necessidades que motivam o plano e a formulação de objetivos; os tipos e a magnitude dos recursos humanos, físicos e instrumentais indispensáveis ao cronograma dos momentos de disponibilidades; a especificação das fontes e/ou modalidades de financiamento; e o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas.

No que se refere às políticas e programas sociais dirigidas aos afrodescendentes, indígenas, moradores de rua, portadores de HIV, julgue os próximos itens:

110. Em 1973 foi instituído o Estatuto do Índio, formalizando os procedimentos a serem adotados para a definição das terras indígenas e ao processo de regularização fundiária. Com relação aos direitos dos povos indígenas, o referido Estatuto garante aos indígenas a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso, bem como a posse temporária das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto preferencial das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

111. Com relação às condições de trabalho, o Estatuto do Índio garante que não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social, inclusive permitindo a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o indígena. Além disso, será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizado com os indígenas isolados.

112. O Estatuto da Igualdade Racial é destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. De acordo com a referida legislação, discriminação racial ou étnico-racial é entendida como toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

113. De acordo com o Decreto nº 7.053/09, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

114. O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 estabeleceu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), que tem como princípios: o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária e o atendimento humanizado e individualizado.

115. Dentre as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, segundo o previsto no Decreto nº 7.053/2009, está a instituição da contagem oficial da população em situação de rua.

116. Atualmente, estima-se que cerca de 920 mil pessoas vivam com HIV no Brasil, segundo dados epidemiológicos divulgados em 2020. A Lei nº 14.289 de 3 de janeiro de 2022 torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose. De acordo com a referida legislação, o sigilo pode ser quebrado em casos determinados por lei, por justa causa ou por autorização expressa da pessoa afetada ou, no caso de crianças, pelo responsável legal.

117. Em 2014, foi publicada a Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014, que define o crime de discriminação aos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS. De acordo com essa legislação, constitui crime de detenção e multa as condutas discriminatórias como: recusar ou retardar atendimento de saúde e segregar no ambiente de trabalho ou escolar.

LDB - LEI 9394/1996

Carla Abreu

118. A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo a referida norma, a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, cujas receitas e despesas serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público. Acerca desse tema, julgue o item a seguir:

Considera-se como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

CF 1988 - SEGURIDADE SOCIAL

Adriane Fauth

119. A irredutibilidade do valor dos benefícios; igualdade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, são alguns dos objetivos da Ordem Social, expressos na Constituição Federal.

PNPS

Lígia Carvalheiro

120. Com base na Política Nacional de Promoção da Saúde, julgue o item a seguir. Estão incluídos nos temas transversais, que são referências para a formação de agendas de promoção da saúde, os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), equidade e respeito à diversidade.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
